



Jornalismo investigativo: desafios, impasses e oportunidades na era digital¹

Samuel Pantoja Lima²

Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

RESUMO

O jornalismo investigativo passa por um momento de profunda transição sob a égide do novo ecossistema midiático, baseado nos processos de digitalização da informação, de alcance global. Resistem ainda, à cata de um novo nicho socioeconômico e cultural, os jornais em papel, como símbolos da era industrial analógica. Este artigo pretende refletir sobre essa modalidade de jornalismo, cujo paradigma contemporâneo é o chamado “caso Watergate”, observando desafios, impasses e oportunidades que a era da “revolução digital” oferece. No âmago da crise nasce uma nova forma de jornalismo investigativo: usando novas ferramentas de pesquisa na web, associada a um modelo de negócios sem fins de lucro que tem no processo colaborativo seu combustível principal.

PALAVRAS-CHAVE: Jornalismo investigativo, ecossistema digital, conhecimento em jornalismo.

TEXTO DO TRABALHO

1. Um olhar em retrospectiva: à sombra generosa de Watergate

Quando se fala em jornalismo investigativo, na história recente, a lembrança mais comum está ligada ao “caso Watergate”, que se transformou numa espécie de “mito oficial”, como diz Burgh (2008). À sombra de “Watergate” inúmeras reflexões empíricas foram inspiradas, a partir dos relatos sobre a metodologia de apuração de Carl Bernstein e Bob Woodward. O caso virou sinônimo de jornalismo investigativo porque reuniu uma série de condições típicas desse fenômeno: investigação autônoma, interesse público incontestado, a existência de uma fonte off (garganta profunda ou Deep Throat), crítica e ceticismo em relação às versões oficiais (Casa Branca), respaldo institucional do jornal, paciente montagem de um intrincado quebra-cabeças político durante mais de dois anos.

¹ Trabalho apresentado no GP Teorias do Jornalismo do XI Encontro dos Grupos de Pesquisa em Comunicação, evento componente do XXXIV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Professor adjunto da Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília (FAC/UnB). É professor-visitante do curso de Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e pesquisador do objETHOS.



No entanto, as referências históricas dessa prática jornalística remontam o início do século passado. Os pesquisadores Daniel Santoro (2004) e Jorge Pedro de Sousa (2004) até divergem quanto ao tempo preciso, porém ambos convergem quanto à origem. Escreve Santoro (apud Nascimento, 2010: p. 32): “O jornalismo investigativo que hoje consideramos um nível mais profundo dos ramos informativo, interpretativo e narrativo do jornalismo, nasceu nos Estados Unidos, no começo do século 20”.

Outra experiência marcante vem do jornalismo inglês, no final do século 19. Trata-se do trabalho de W. T. Stead, no periódico *Pall Mall Gazette*, lá pelos idos de 1880. Investigando prostituição e tráfico de menores, práticas criminosas que envolviam autoridades e homens de negócios, o jornalista inglês foi além de sua pauta, como conta Nascimento (2004: p. 34):

Com o intuito de comprovar suas denúncias, Stead chegou a comprar uma menina de 13 anos e apresentá-la a um bordel de Londres, fingindo pretender deixá-la trabalhando como prostituta. Acabou condenado por sequestro e preso por três meses, mas suas denúncias ajudaram a definir um papel emergente para jornalistas investigadores, que se sentiram encorajados a utilizar a revelação de fatos secretos para intervir no debate público.

Há centenas de histórias como essas e pautas de sucesso, que se transformaram em livros. Entretanto, raramente as reflexões empíricas emanadas, baseadas nas técnicas e relatos de jornalistas de renome, estão conectadas com os fundamentos teóricos do jornalismo. Não obstante, é possível afirmar que a investigação jornalística produz um tipo de conhecimento diferenciado, tanto pela técnica de apuração verticalizada, quanto pelo labor da pesquisa empírica que enseja, através de um exercício de imersão, tempo, dinheiro e conhecimento prévio do objeto pautado.

Parece ausente ainda uma conexão mais precisa e fecunda entre a pesquisa, no âmbito acadêmico, e o conhecimento empírico consolidado nos métodos e técnicas de investigação jornalística. Esta é a reflexão que pretendemos sugerir no âmbito deste artigo, considerando por último que há um conjunto de aproximações, diferenciações e complicações entre as duas práticas (pesquisa e investigação jornalística), como sugere a professora Gislene da Silva³:

O objeto de estudo do Jornalismo, então, deve ser a singularidade da perspectiva que busca a explicação ou a compreensão de um fenômeno

³ A pesquisadora Gislene da Silva em palestra sobre o tema “Prática jornalística e prática científica na pesquisa: aproximações, diferenciações e complicações”, no âmbito do 1º Seminário Brasil-Argentina de Pesquisa e Investigação em Jornalismo, realizado na UFSC, em junho/11.



social específico que se manifesta de incontáveis modos – desde os mais visíveis materialmente, atraentes à observação empírica, até situações de comunicação jornalística impalpáveis, incorpóreas.

2. Conhecimento empírico e conhecimento teórico em jornalismo

Tomemos como ponto de partida a contribuição de Genro Filho (1987) sobre os conceitos de fato, objetividade e subjetividade que se articulam na práxis jornalística na perspectiva de produção de um de seus pilares essenciais:

Os fatos jornalísticos são um recorte no fluxo contínuo, uma parte que, em certa medida, é separada arbitrariamente do todo. Nessa medida, é inevitável que os fatos sejam, em si mesmos, uma escolha. Mas, para evitar o subjetivismo e o relativismo, é importante agregar que essa escolha está delimitada pela matéria objetiva, ou seja, por uma substância histórica e socialmente constituída, independentemente dos enfoques subjetivos e ideológicos em jogo. A verdade, assim, é um processo de revelação e constituição dessa substância (Genro Filho: 1987, p. 188).

Uma reflexão sobre o jornalismo investigativo como gênero destacado do jornalismo deve levar em conta o diálogo entre os saberes e fazeres empíricos e as teorias que buscam, no terreno epistemológico, dar conta desta forma social de conhecimento imprescindível à construção da sociedade democrática contemporânea.

A tentativa de conceituar “jornalismo investigativo” encontra muitas resistências, no meio profissional, e também no mundo acadêmico. Fortes (2005: 15) é categórico: “O termo jornalismo investigativo é muito mais uma marca do que um conceito”. Bucci (apud Fortes, 2005: 15), pondera que se trata de uma “modalidade especializada, desenvolvida dentro do ofício a partir de uma imposição da burocracia e de muitas das máfias que colocaram uma cortina de fumaça sobre o direito de informação”. O jornalista Marcelo Beraba (apud Fortes, 2005: 15), ex-presidente da Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji), reconhece que o termo “jornalismo investigativo causa, de fato, um certo desconforto”. Contudo, na mesma linha de Bucci, ressalta que esta prática jornalística “tornou-se uma qualificação específica para as reportagens de mais fôlego, de maior investimento de apuração”.

Ora, uma interpretação operacional as visões de Beraba quanto de Bucci tendem a reduzir o jornalismo investigativo a uma estratégia empresarial. Como o discurso vigente no mercado é que este tipo de reportagem, vista como nobre, custa caro, o gênero estaria com os dias contados visto o atual discurso hegemônico sobre a crise pela qual passam as empresas



de comunicação. Ademais, convém lembrar que “A sangue frio”, de Truman Capote, teve sua pauta inspirada numa leitura de notas sobre ocorrências policiais, nas páginas do The New York Times.

A posição do jornalista Marcelo Canellas (apud Fortes, 2005) sintetiza a leitura que será contraposta pela reflexão crítica ora proposta. Canellas parte de uma suposta constatação: “Para mim, jornalismo investigativo é um conceito que tem um vício de origem: a redundância”. Ora, boa parte do que é publicado diariamente nos diferentes suportes jornalísticos não resulta de nenhuma grau de investigação, mas simplesmente de coberturas de fontes (oficiais e não oficiais) de informação, o básico “jornalismo declaratório” – e nem por isso pode ser chamado de não-jornalismo. Para Canellas, há diferentes níveis de abordagem sobre temas diversos com maior ou menor impacto na sociedade. Indo mais além:

Os fatos, os acontecimentos, os fenômenos – ou seja lá que nome queiramos dar à matéria-prima da nossa profissão – não aparecem diante de nós como algo íntegro e totalizado. O processo de conhecimento pressupõe a coleta desses fragmentos da vida e sua conexão com antecedentes e consequências para que o fato seja apreendido na sua totalidade (Canellas apud Fortes, 2005: p. 16).

É oportuno retomar a ponderação feita por Genro Filho (1987), quanto aos limites da produção do conhecimento sobre o real, na pesquisa ou investigação em jornalismo:

O conhecimento constitui-se como processo infinito. Não é possível conhecer exaustivamente sequer uma parte da realidade, pois isso implicaria conhecer todo o universo e o conjunto de relações com a parte considerada. E não se pode admitir, nem mesmo teoricamente, o conhecimento integral do todo, já que ele é uma "totalidade em processo de totalização", autoprodução permanente e eterna (Genro Filho, 1987: p. 187).

A questão que se coloca é: podem-se referenciar à forma de conhecimento social cristalizada na dimensão singular do mundo, destacada em Genro Filho (1987), os conceitos elementares (e as técnicas a que eles se referem) que sustentam o jornalismo investigativo (JI)?

Preliminarmente, é possível caracterizar o JI como gênero jornalístico de fato levando-se em conta três aspectos fundamentais: (a) saberes de reconhecimento (pauta); (b) procedimento (apuração); (c) narração (texto e edição). Esta caracterização tem como base Traquina (2005a).



Com efeito, Genro Filho (1987) percebe o jornalismo como um processo de produção social de conhecimento configurado na dimensão singular da vida: “A singularidade se manifesta na atmosfera cultural de uma imediaticidade compartilhada, uma experiência vivida de modo mais ou menos direto” (Genro Filho, 1987: p. 160). A força da narrativa jornalística, nesses termos, é mais intensa quanto mais profunda é a imersão na singularidade dos fatos e personagens, no entorno das histórias de gente comum ou de personagens célebres, nos palácios do poder, num trivial “buraco de rua” ou nos recônditos lugarejos de um sertão qualquer.

Rodriguez (apud Pandiani, 2004: 28) resgata um traço central do jornalismo investigativo:

El periodismo de investigación, utilizando técnicas habituales de la profesión u otras específicas y/o atribuibles a profesiones ajenas a la suya (abogado, historiador, detective etc.), elaborando una información producto de un número indeterminado de fuentes, atribuibles o no, y de un análisis personal de datos, contrastados con mayor o menor eficacia, que lo conducen a comunicar una noticia sobre una realidad, que por su configuración y naturaleza, estaba destinada a permanecer oculta durante un período de tiempo indefinido (...) El periodista investigador comunica una información que, sin su explícita intervención, nunca o muy difícilmente hubiese podido aflorar.

No começo da década de 1980, a Investigative Reporters and Editors (IRE), entidade que representa hoje mais de três mil profissionais do jornalismo nos EUA, publicou um manual no qual lista as três características da reportagem investigativa: a) a investigação é trabalho do repórter, não de outra pessoa; b) o tema tem relativa importância; c) o assunto é algo que está sendo escondido do público. De forma mais simples, o pesquisador Solano Nascimento, resume: “Reportagem investigativa é aquela na qual há investigação e essa investigação é feita pelo repórter”⁴.

Autores como Kovach e Rosenstiel (2003), Santoro (2004), Waisbord (2000) Lopes e Proença (2003), Fortes (2005), Burgh (2008), Pandiani (2004), Sequeira (2005) e Nascimento (2010) definem o jornalismo investigativo a partir de uma visão empírica, inspirada pela práxis profissional. Em todos os casos, dois traços são comuns: o trabalho de apuração autônoma do autor – e não de entes públicos como Justiça e polícia – e o interesse público.

⁴ Palestra sobre o ensino do jornalismo investigativo, proferida no 6º Congresso Internacional da Abraji, em 30 de junho, 1º e 2 de julho de 2011, em São Paulo. Disponível em www.abraji.org.br

Contudo, sem a reflexão epistemológica, que recolha para outro nível de abstração os fatos e dados desta imediatividade altamente perecível, matéria-prima do jornalismo diário, prevalecem as “receitas” de notáveis como Mino Carta, que assim resume as qualidades básicas de repórter investigativo: “Persistência, seriedade, texto impecável, checagem meticulosa de cada informação, capacidade de hierarquizar os fatos e concatenar o enredo” (apud Lopes e Proença, 2003: p. 74). Não por acaso, as 16 entrevistas com jornalistas de reconhecido currículo, compiladas na obra de Lopes e Proença (2003), apontam para aspectos bastante genéricos ao definir o tema: um tipo de investigação diferenciada e comprometida com o interesse público – questões que se aplicam a qualquer tipo de jornalismo.

No entrecruzamento entre o conhecimento empírico, consolidado nas práticas de investigação policial, por exemplo, e a práxis jornalística pode-se construir alguns atalhos e reflexões que provoquem a pesquisa em jornalismo investigativo. Nicomedes Gonzales é investigador da Polícia Federal há 27 anos. Trabalhou, boa parte de sua carreira, na fronteira sul do país combatendo o tráfico de armas e de drogas. Sua referência conceitual, para planejar uma ação estratégica de investigação é o heptâmetro do pesquisador catalão Raymundo Lulio. Destaca Gonzalez:

É um método adotado largamente pela polícia para orientar a investigação, consistindo de uma seqüência de perguntas, cujas respostas irão levar o investigador a conhecer, pouco a pouco, a verdade do fato apurado. Dessa maneira, com naturalidade e objetividade, o investigador, desenvolverá as etapas do seu trabalho, buscando esclarecer a ocorrência. Investigar é, de fato, fazer perguntas e catalogar respostas, em uma seqüência lógica, buscando reconstituir toda a ação delituosa e apontar, com segurança a sua autoria. (Entrevista ao autor, em 25/05/11).

Em suma *heptâmetro de Lulio* consiste em responder as seguintes perguntas: QUIS - quem? QUID - que coisa? UBI - onde? QUANDO - quando? QUOMODO - de que maneira? CUR - por quê? QUIBUS AUXILIS - com que auxílio? Ou seja, qualquer semelhança com o lead jornalístico terá sido mera coincidência.

Burgh (2008) trata o “investigativo” como “jornalismo de compromisso” – como o gênero foi considerado na Inglaterra, nos anos 1960 e 1970. E escreve, citando o jornalista Fergal Keanne (da BBC): “A arte da reportagem, mais que qualquer outra, deve ser a celebração da verdade. E se essa verdade ofende ditadores, os homens das armas, a polícia secreta, algum grupo de lobistas, o capital investido, governos, que assim seja” (Burgh, 2008: p. 87). O pesquisador inglês alude ainda à fortuna crítica de reportagens investigativas: “Mito



ou não, Watergate contribuiu para elevar o nível do jornalismo investigativo nos Estados Unidos de hoje (Burg, 2008: p. 92).

3. Velhas e novas mídias: na vertigem da transição

Menos de duas décadas após o advento comercial da internet, uma pergunta ainda sem resposta fustiga as relações entre esta “jovem mídia” e “os “mamutes de papel”, na feliz expressão de Luiz Weis (OI, 23/04/2008): qual é a fórmula para o jornal impresso se manter vivo e relevante? O modelo de negócios da indústria jornalística entra em xeque: não cabem mais as taxas de lucros atípicas, sobretudo nos EUA com percentuais entre 20% a 40% ao ano (Meyer, 2007), e a velha mídia perde, de quebra, o monopólio da produção e distribuição de conteúdos.

O jornalista e pesquisador brasileiro Rosental Calmon Alves, lidera hoje o Centro Knight para Jornalismo nas Américas, na Universidade do Texas, em Austin (EUA). Criador do primeiro jornal virtual da América Latina, o JB Online, Calmon Alves faz um alerta noutro sentido:

Não dá para continuar fazendo jornalismo do mesmo jeito. A decadência dos jornais nos EUA continua sendo um sinal de alerta para o resto do mundo, apesar das peculiaridades únicas daquele mercado. Nos últimos cinco anos, o faturamento de publicidade dos jornais americanos caiu 45% (regressou a níveis de 1983) e a circulação continuou a despencar. As redações dos jornais perderam quase a metade de seus jornalistas e as demissões continuam. (TOGNOLLI in “Jornalismo: novo modelo deixa padrões de pernas pro ar”: www.observatoriodaimprensa.com.br).

No entorno dessa mega transição entre dois ecossistemas midiáticos há uma acirrada disputa de poder – “morte e vida” como caracterizou Alterman (OI, 10/06/2008) – na qual os jornais estão tentando encontrar uma saída, um rumo. Os EUA e a Europa, referências da modalidade impressa do jornalismo, ainda parecem imersos no epicentro desse turbilhão. Enquanto os sites de jornais batem o recorde de visitantes entre os editores e publishers dos impressos americanos, o clima é de velório. Vejamos os dados:

A circulação nos dias úteis, que em 1990 era de 62,3 milhões de exemplares caiu para 55,8 milhões em 2000 e para 50,7 milhões, em 2007; aos domingos, os números são de 62,6 milhões (1990), 59,4 milhões (2000) e 51,2 milhões (2007). A receita de publicidade, que tinha dado um salto extraordinário dos US\$ 30 bilhões de 1991 para o pico de US\$ 48,7 bilhões,

entrou numa espiral descendente. Os US\$ 42,2 bilhões do ano passado representaram uma queda de quase 10% em relação a 2006 (Molina, OI, 9/09/2008).

Nas bolsas de valores as ações das editoras de jornais perderam 42% do seu valor de mercado, de 2005 a 2008. Outro dado revelador do tamanho da crise é a redução de postos de trabalho: de 1990 até o começo de 2008, 25% dos empregos de jornalistas desapareceram. É possível perceber o tamanho do impacto no mercado, na síntese dos dados citados por Calmon Alves⁵:

As vagas de jornalistas eliminadas nos jornais dos EUA desde que o centro de monitoramento Paper Cuts começou a contagem, em 2007, são de 21.008 em quatro anos e meio. O recorde foi em 2008, com 15.992 cortes. O ano de 2011 traz, até junho, 1.133 cortes. Quadro dramático similar se repete nas redações das emissoras de rádio e TV, que já eram pequenas.

Com efeito, essa ruptura de paradigma na indústria da informação acaba fazendo do jornalismo investigativo sua primeira e diletta vítima. Tido pelos editores e executivos de jornais como um tipo de reportagem cara, que demanda igualmente muito tempo de trabalho dos repórteres, o número de profissionais com esse perfil nas redações foi sensivelmente reduzido. Calmon Alves (cit) revela: “Em 2006, 37% dos 100 maiores jornais nos EUA não tinham repórteres investigativos: e só 10 tinham quatro”.

Esse cenário, no entanto, é comum apenas aos EUA e alguns países da Europa. Puxando os números dos jornais para cima, aparecem os chamados países emergentes ou BRICS – Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul:

Segundo a Associação Mundial de Jornais (WAN), nunca se leu tanto jornal como agora. O crescimento tem sido contínuo nos últimos anos. Em 2007, circulavam 11,7 mil diários pagos em todo mundo, 3% mais que no ano anterior, com uma circulação conjunta de 532,2 milhões de exemplares – 2,6% superior a de 2006 e 9,4% a mais do que cinco anos antes. (...) O número de jornais distribuídos gratuitamente no mundo triplicou de 102, em 2003, para 312 no ano passado e a circulação saltou, nesse período, de 15 milhões para 167 milhões, 11 vezes. Aumentou a leitura dos jornais pagos e dos gratuitos (Molina, OI, 9/09/2008).

Mas, enquanto esse novo modelo de negócios é redefinido e experimentado pelo mercado, a partir dos EUA e Europa, floresce um novo tipo de colaboração entre antigos concorrentes. Para Calmon Alves, um dos maiores fenômenos da evolução da mídia nos EUA

⁵ Palestra no 6º Congresso Internacional da Abraji, sobre o tema “O futuro do jornalismo investigativo na era digital”. Disponível em: www.abraji.org.br



é o chamado jornalismo sem fins de lucro. Experiências como a do Center for Public Integrity (CPI)⁶, uma entidade que tem como missão “é produzir jornalismo investigativo originais sobre questões públicas importantes para tornar o poder institucional mais transparente e responsável”. Com apoio de doadores e instituições sem fins lucrativos, o CPI tem conseguido financiar reportagens investigativas, distribuindo essa produção aos veículos de comunicação, nos EUA.

A experiência similar pioneira, no Brasil, é o da Pública – uma agência de reportagem e jornalismo investigativo, disponibilizada em meio digital. Criada pelas jornalistas Marina Amaral, Natalia Viana e Tatiana Merlino, o portal da entidade foi oficialmente ao ar em 3 de julho de 2011. As jornalistas assim definem a proposta: “A Pública é uma ideia nova. Uma agência de jornalismo investigativo sem fins lucrativos inspirada em modelos que já existem em alguns países, onde centros independentes se dedicam a fazer reportagens de fôlego, que têm perdido espaço nos veículos tradicionais”⁷ A Pública.org tem como parceiros alguns portais de referência mundial como: Wikileaks, The Center for Public Integrity, Center for Investigative Reporting, IDL – Reporteros, The Bureau of Investigative Journalism e o Centro de Investigación e Información Periodística (CIPER).

Eis os novos atores da nova cena jornalística, compreendido pelo pesquisador Rosental Calmon Alves como “novo ecossistema pós-industrial”⁸, balizado pela mídia digital em acelerado processo de convergência nos diferentes suportes (tablets, iPhones, iPads, smartphones, notebooks, o velho PC e em papel) que se colocam os desafios e impasses ao jornalismo investigativo, nesse alvorecer de século 21.

4. Desafios, oportunidades e o interesse público

Para além da crise que transcende o modelo de negócios, do suposto monopólio na produção e difusão de informações por parte do *mainstream*, subjaz uma discussão pertinente sobre o financiamento do jornalismo investigativo, cada vez mais crucial, do ponto de vista do futuro da democracia.

⁶ The Center for Public Integrity. Disponível em <http://www.iwatchnews.org/>

⁷ Pública – agência de reportagem e jornalismo investigativo. Disponível em: <http://apublica.org/>

⁸ Em palestra realizada no 6º Congresso Internacional da Abraji (cit), sob o tema “Os rumos do jornalismo investigativo na era digital”. Disponível em www.abraji.org.br



Sobre essa questão, Calmon Alves enxerga muitas luzes no final desse longo túnel digital:

A revolução digital impõe mudanças radicais e cria um novo ecossistema de mídia. A lenta ruptura dos modelos de negócio, produção e distribuição do jornalismo continuará impiedosamente. Já há resultados da mobilização nos EUA para salvar o jornalismo investigativo, por sua importância para a democracia. E vejo terreno fértil para o jornalismo investigativo florescer no novo ecossistema de mídia digital, que enfatiza transparência. (Calmon Alves, cit.).

Em meados de 2010, uma experiência inusitada e histórica trouxe novas perspectivas ao futuro do jornalismo investigativo, mundialmente. O portal WikiLeaks, comandado pelo jornalista australiano Julian Assange, colocou no ar mais de 400 mil documentos que expunham as ações militares dos Estados Unidos e seus aliados na OTAN, nas guerras do Afeganistão e Iraque, bem como os despachos das embaixadas americanas em várias regiões do planeta.

O material foi transformado em reportagens, veiculadas em formato colaborativo, com alguns dos principais jornais do mundo: The New York Times (EUA), The Guardian (UK), El País (Espanha), Le Monde (França) e Der Spiegel (Alemanha). Acusado de crimes sexuais, por duas mulheres, na Suécia, Assange está em prisão domiciliar na Inglaterra. Por isso, quem comanda as ações do portal hoje é o jornalista islandês Kristin Hrafnsson, que opera uma base remota da Austrália. Ele fez um relato sucinto da parceria inusitada e histórica, avaliando a repercussão à prática do jornalismo investigativo:

Foi espetacular, em outubro do ano passado, quando tivemos a colaboração de nove grupos de mídia, incluindo o WikiLeaks. Estamos falando sobre o New York Times, o Guardian, Der Spiegel na Alemanha, El País na Espanha, Le Monde na França, o Bureau of Investigative Journalism e o Channel 4 no Reino Unido e a Al Jazeera. Foi uma aliança que nunca houve na história. Ter todos esses grupos de mídia trabalhando no mesmo projeto, compartilhando descobertas e recursos entre eles, é extraordinário. Esse é o espírito que lançamos e que será um modelo para o futuro. Porque mesmo os grandes grupos de mídia do mundo são pequenos quando comparados às organizações que precisam ser monitoradas e levadas a prestar contas. Se os grupos de mídia trabalharem em conjunto no jornalismo investigativo, conseguiremos um ótimo resultado (HRAFNSSON: OI, ed. 649, 04/07/2011)⁹.

⁹ HRAFNSSON, Kristin. “Enfrentamos a privatização da censura”, disponível em www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/enfrentamos-a-privatizacao-da-censura, acessada em 13/07/11, às 14h21.



“Nada é tão poderoso quanto uma ideia que chegou na hora certa”, assegura Kristin¹⁰. É assim que o jornalista, hoje porta-voz do WikiLeaks, se refere à experiência colaborativa gestada pelo que ele considera igualmente um grupo de mídia, criado por Assange. Numa perspectiva mais ampla, ele considera essa iniciativa como uma espécie de “resposta” à transição do jornalismo impresso (ecossistema analógico) para as novas mídias digitais. Nesse sentido, para os gestores do WikiLeaks o fato de alguns players da mídia mundial, durante poucos meses, haverem compartilhado recursos financeiros, conhecimento e seus talentos individuais, resgatam o melhor do jornalismo investigativo:

Não é segredo que o jornalismo investigativo está declinando em todo o mundo, nos últimos dez anos, por falta de recursos e de profissionais. Ao mesmo tempo, os governos têm aumentado o nível de sigilo, principalmente depois do 11 de setembro. As empresas também estão crescendo em tamanho, e em paralelo a isso vemos uma privatização de atividades públicas. Antes, o que era público e aberto está sendo colocado sob domínio do setor privado, que não é guiado pelos mesmos princípios de informação livre e pública. Diante desse cenário, o WikiLeaks é uma ideia que chegou no momento certo. De certa forma, é um reflexo dessa situação (HRAFNSSON, cit).

De El Salvador, pequeno país centroamericano, vem outro modelo de reportagem investigativa, envolvendo alguns financiadores como o Open Society Institute, a Fundação Ford, a Asociación Mexicana de Derechos Humanos (IDHEAS) e a Agencia Española de Cooperación Internacional para el Desarrollo. Uma equipe de cinco profissionais (um repórter, três fotógrafos e uma documentarista) produziu, durante quase dois anos, uma investigação jornalística na fronteira do México com os EUA. A pauta: a vida dos migrantes que tentam, todos os dias, cruzar a fronteira, caindo hora nas mãos dos “coyotes” (agentes do tráfico de drogas que vendem “serviços” de guia) ora nas mãos das organizações criminosas que atuam traficando gente, drogas e armas.

Oscar Martínez, o jornalista que estava à frente da equipe, descreve a reportagem (“Os migrantes que não importam”) a partir do conceito de permanência: “Trata-se de uma prática que envolve dinheiro, tempo e conhecimento. Ao final de um ano e sete meses, entre planejamento, apuração e produção da reportagem, investimos cerca de US\$ 140 mil”¹¹. O produto final da reportagem foi publicado no portal El Faro (www.elfaro.net) e mais tarde transformada em dois livros: “Los migrantes que no importan”, com o texto; “En el camino”,

¹⁰ Palestra sobre os impactos da parceria do WikiLeaks com grandes grupos de mídia para divulgação dos documentos secretos do Pentágono e do Departamento de Estado americano. Disponível em www.abraji.org.br

¹¹ “Os migrantes que não importam”. Palestra de Oscar Martínez, no 6º Congresso Internacional da Abraji. Disponível em: www.abraji.org.br e <http://www.elfaro.net/?tpl=707>



com a reportagem fotográfica”, além de um documentário que ainda está sendo lançado comercialmente.

Em todos esses episódios aqui aludidos transparece, de um lado, a sinergia entre o conhecimento empírico da reportagem investigativa (com seus métodos e técnicas de apuração consagrados pela práxis profissional), a necessidade de verticalização sobre o assunto em pauta – do ponto de vista do conhecimento científico. Outra questão fundamental é justamente a novidade das práticas colaborativas, na sinergia entre velho e novo ecossistemas midiáticos, mui especialmente a partir da intervenção do WikiLeaks – e seus congêneres – na cena jornalística mundial.

Calmon Alves aposta justamente nessa perspectiva, balizada por algumas experiências que se consolidam nos EUA:

Neste mundo baseado em bases de dados, fica mais fácil ter acesso a informações públicas que nutrem reportagens investigativas e antes eram difíceis de obter e interpretar. Emergem formas colaborativas de jornalismo investigativo, desde a cooperação entre organizações jornalísticas que antes não se falavam até a participação do público. Digo que crowdsourcing ganhou lugar no centro do jornalismo, a reportagem investigativa também se beneficia com a sabedoria coletiva que antes não se podia capitalizar. O crowdfunding trouxe alento ao financiar pequenas iniciativas de jornalismo investigativo, sobretudo a nível local ou hiperlocal – o cidadão pode influenciar a pauta jornalística (TOGNOLLI, OI, 11/07/11, cit.)

Considerações finais

Pouco mais de duas décadas após o advento da World Wide Web, suporte essencial às comunicações globais e em rede, o jornalismo investigativo se reinventa, à luz do interesse público e do valor estratégico representado pela imprensa na sociedade democrática contemporânea.

Pesquisadores como o brasileiro Calmon Alves e o argentino Waisbord (2000) destacam o risco de que o jornalismo investigativo possa ser “a primeira vítima” da revolução digital, mas também apontam as luzes no horizonte: processo colaborativo, novas formas de financiamento e a sinergia fundamental entre as modalidades tradicionais e as novas mídias sociais, não obstante a certeza de que “a lenta ruptura dos modelos de negócio, produção e distribuição do jornalismo continuará impiedosamente” (TOGNOLLI, OI, 11/07/11 cit.). O



novo modelo de negócios sustentável deve usar toda potência da sinergia entre velhos e novíssimos suportes – e está em acelerada gestação.

É cedo ainda para dizer, com margem de segurança absoluta, qual o momento final dessa transição. Até mesmo a universalização da internet é algo que encontra fortes obstáculos na ordem econômica global. A divisão entre pobres e ricos se acentuou, na era da mundialização financeira. Os dados divulgados recentemente pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD – Relatório IDH 2010)¹² indicam que cerca de 2,8 bilhões de pessoas (aproximadamente 45% da população mundial) vivem com até dois dólares/dia. O PNUD constata, por outro lado, que “a maioria dos países pobres fez progressos profundos na saúde, educação e padrões de vida básicos”.

Nessa perspectiva e contexto subsistem infinitas pautas que poderiam inspirar a ação do jornalismo investigativo, tanto no sentido de fiscalizar os poderes políticos constituídos (entes públicos, no geral), como também as ações de empresas, financistas, banqueiros, capos de máfias que igualmente se globalizaram usando os mesmos instrumentos das organizações “legais”. No caso do Brasil, trata-se, sobretudo, de resgatar o que na história do jornalismo investigativo americano é tido como a “idade do ouro”: todos os poderes, públicos e privados, eram alvo da investigação jornalística.

No mesmo sentido, é importante resgatar a contribuição de Traquina (2005a). Analisando criticamente o noticiário cotidiano, na sociedade contemporânea, o autor questiona: “O jornalismo investigativo é um campo discursivo aberto no qual todos os setores sociais organizados podem mobilizar suas estratégias de comunicação ou um campo fechado a serviço do poder institucionalizado?” (Traquina, 2005a: p. 145).

À primeira vista, a indagação de Traquina dialoga com duas outras questões cruciais apontadas por Karam (2010, mimeo):

O sentido público do jornalismo, alicerçado em valores como credibilidade e legitimidade sociais, está em crise ou o sentido público do jornalismo se reafirma mediante traços distintivos propiciados pela crescente concorrência de novos produtos, segmentação, diversidade de atores e protagonistas de fatos, versões e interpretações? O sentido do jornalismo define ou tal sentido, pela concorrência e oposição, onde se incluem campos simbólicos de fiscalização moral, exige uma qualificação ainda maior nos processos de

¹² Relatório 2010 PNUD – “A Verdadeira Riqueza das Nações: Vias para o Desenvolvimento Humano”. Disponível em <http://www.pnud.org.br>



escolha de acontecimentos e de fontes; em seleção e hierarquização noticiosa; em edição correspondente ao interesse público e à exatidão e verossimilhança ainda mais exigidas?

Até aqui, o foco tem sido quase que exclusivamente sobre irregularidades envolvendo o poder público, no país. O corrupto está sempre sob as luzes da mídia brasileira, enquanto os corruptores escapam para continuar fazendo “negócios” com outras autoridades passíveis de corrupção. A reversão do que Nascimento (2010) percebe como “tendência da imprensa” (investigar apenas os desmandos do poder público) pode começar pela simples distinção entre esse gênero de reportagem e o que autor denomina de jornalismo sobre investigações: “Há uma grande diferença entre descobrir uma irregularidade e descobrir que alguém descobriu uma irregularidade” (Nascimento: 2010, p. 9).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALTERMAN, Eric. Out of print: the death and life of the American newspaper. Disponível em www.newyorker.com/reporting/2008/03/31/080331fa_fact_alterman, acessado em 11/04/2008. Tradução disponível in Folha de S. Paulo, Mais, edição 8/06/2008.
- BURGH, Hugo de (Org.). Jornalismo investigativo. São Paulo: Roca, 2008.
- FORTES, Leandro. Jornalismo investigativo. São Paulo: Contexto, 2005.
- GENRO FILHO, Adelmo. O segredo da pirâmide: para uma teoria marxista do jornalismo. Porto Alegre: Tchê!, 1987.
- HRAFNSSON, Kristin. “Enfrentamos a privatização da censura”, disponível em www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/enfrentamos-a-privatizacao-da-censura, acessada em 13/07/11, às 14h21.
- KARAM, Francisco José Castilhos. Jornalismo e Sociedade da Informação e do Conhecimento: ciberespaço, crise de identidade, fiscalização moral e vitalidade democrática - nova etapa profissional? Projeto de pesquisa aprovado pelo Departamento de Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), para o período 2010-2013 (Mimeo).
- LOPES, Dirceu Fernandes; PROENÇA, José Luís (Orgs.). Jornalismo investigativo. São Paulo: Publisher Brasil, 2003.
- MEYER, Philip. Os jornais podem desaparecer? Como salvar o jornalismo na era da informação. São Paulo: Contexto, 2007.
- MOLINA, Matías M. Nunca se leu tanto jornal. Disponível em www.observatoriodaimprensa.com.br/artigos.asp?cod=502IMQ004, acessado 12/09/2008, às 10h.
- NASCIMENTO, Solano. Os novos escribas – o fenômeno do jornalismo sobre investigações no Brasil. Porto Alegre: Arquipélago, 2010.
- PANDIANI, Gustavo Martinez. Periodismo de investigación: fuentes, técnicas e informes. Buenos Aires: Uberman, 2004.
- SANTORO, Daniel. Técnicas de investigación: métodos desarrollados en diarios y revistas de América Latina. Cidade do México: FCE, 2004.
- SEQUEIRA, Cleofe Monteiro. Jornalismo investigativo: o fato por trás da notícia. São Paulo: Summus, 2005.
- SOUSA, Jorge Pedro. Elementos de teoria e pesquisa da comunicação e da mídia. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2004.



- TOGNOLLI, Cláudio Júlio. *Mídia, máfias e rock'n'roll*. São Paulo: Ed. do Bispo, 2007.
- _____. *Jornalismo: novo modelo deixa padrões de pernas pro ar*. Disponível em: <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/jornalismo-novo-modelo-deixa-patroes-de-pernas-pro-ar>, acessada em 13/07/11, às 20h44min.
- TRAQUINA, Néilson. *Teorias do jornalismo I: porque as notícias são como são*. Florianópolis: Insular, 2005a.
- VASCONCELOS, Frederico. *Anatomia da Reportagem*. São Paulo: Publifolha, 2008.
- WEIS, Luiz. *O relógio e o calendário*. Disponível em www.observatoriodaimprensa.com.br/blogs.asp?id_blog=3&id={A6D722AE-1DC7-4E35-B26F-CA3C44B87197}&data=200804, acessado em 2/04/2008, às 10h00.
- _____. *A jovem mídia e os mamutes de papel*. Disponível em www.observatoriodaimprensa.com.br/blogs.asp?id_blog=3&id={65444610-9E3B-4A55-859D-EF0BF3BC7DC1}&data=200804, acessado 23/04/2008, às 11h30.
- WAISBORD, Silvio. *Watchdog Journalism in South America*. New York: Columbia University Press, 2000.

ENTREVISTA AO AUTOR:

Nicomedes Gonzales, investigador do Departamento de Polícia Federal, em 25 de maio de 2011.